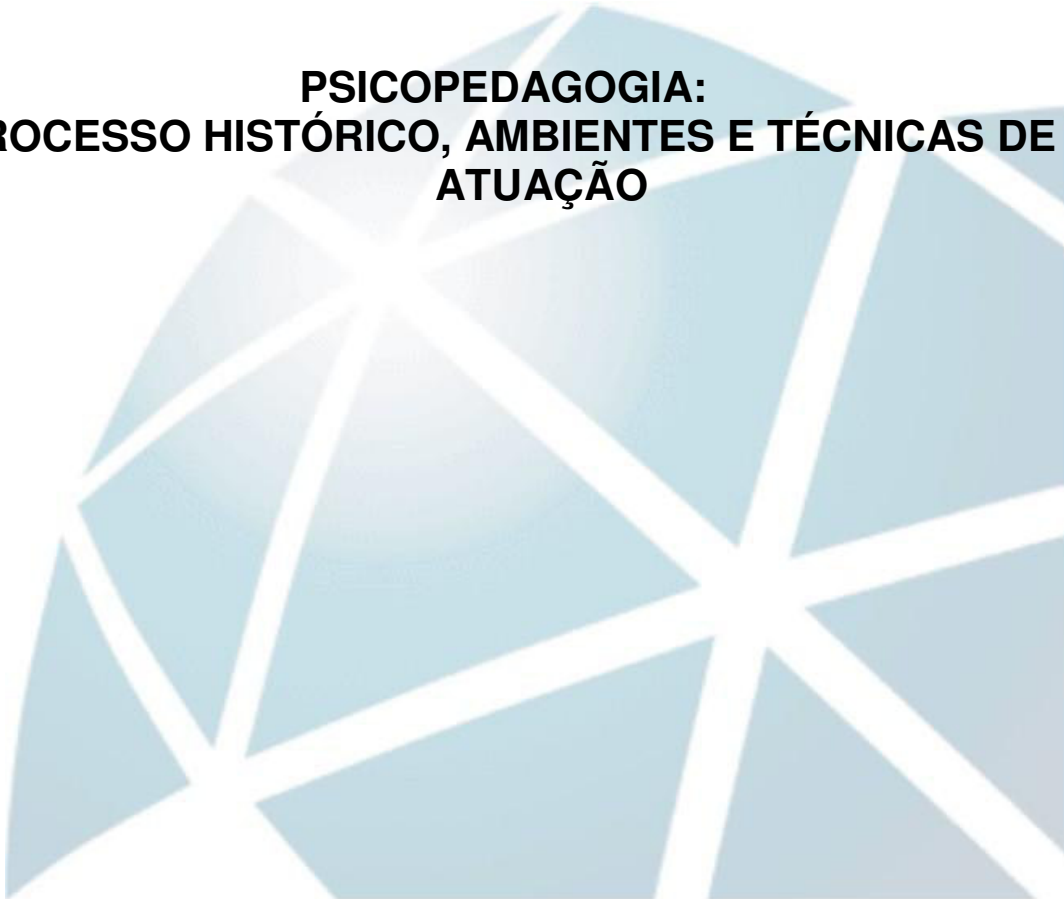

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

GABRIELA ZUMPARO

**PSICOPEDAGOGIA:
PROCESSO HISTÓRICO, AMBIENTES E TÉCNICAS DE
ATUAÇÃO**



GABRIELA ZUMPARNO

PSICOPEDAGOGIA:
PROCESSO HISTÓRICO, AMBIENTES E TÉCNICAS DE ATUAÇÃO

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Andréia Osti

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro

2013

370.15 Zumpano, Gabriela
Z94p Psicopedagogia : processo histórico, ambientes e técnicas
de atuação / Gabriela Zumpano. - Rio Claro, 2013
38 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura -
Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Biociências de Rio Claro

Orientador: Andreia Osti

1. Psicologia educacional. 2. Psicopedagogo. 3.
Instrumentos de avaliação. 4. Dificuldades de aprendizagem.
I. Título.

RESUMO

O trabalho consiste em fazer um levantamento bibliográfico sobre a Psicopedagogia, tendo como objetivo conhecer seu processo histórico identificando sua origem, suas formas e ambientes de atuação, suas funções e os profissionais que buscam adentrar nessa área de conhecimento. Pretende-se entender o trabalho e as atividades do psicopedagogo, assim como suas formas de identificar as dificuldades de aprendizagem do aluno através de estratégias e instrumentos específicos da psicopedagogia. Além disso, visa compreender o uso de suas técnicas para possibilitar o avanço da aprendizagem do aluno. Para isso, será feita uma discussão teórica, buscando conhecer os recursos e os instrumentos de avaliação utilizados por esses profissionais.

Palavras-Chave: Psicopedagogo. Instrumentos de avaliação. Dificuldades de aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 PROCESSO HISTÓRICO	6
1.1 Objeto de estudo	13
2 FORMAS E AMBIENTES DE ATUAÇÃO	16
2.1 Trabalho Clínico	17
<i>2.1.1 Entrevista com a família</i>	<i>19</i>
<i>2.1.2 Entrevista com o sujeito</i>	<i>20</i>
<i>2.1.3 Contato com a escola</i>	<i>20</i>
<i>2.1.4 Contato com outros profissionais</i>	<i>21</i>
<i>2.1.5 Devolutiva</i>	<i>21</i>
2.2 Trabalho Institucional	22
3 TÉCNICAS, RECURSOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	25
3.1 Provas de inteligência	25
3.2 Provas de nível de pensamento	26
3.3 Avaliação do nível pedagógico	26
3.4 Avaliação perceptomotora	27
3.5 Testes projetivos	27
3.6 Testes psicomotores	30
3.7 Jogo psicopedagógico	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Em minha trajetória na universidade, pensei por muitas vezes em trabalhar com crianças com dificuldades de aprendizagem, auxiliando-as em seu processo de aprender. Tive a oportunidade de, durante um ano, participar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Foi uma experiência muito rica, na qual pude acompanhar uma sala de 2º ano do ensino fundamental em uma escola pública municipal de Rio Claro–SP. Minha convivência com essa sala me proporcionou muitas reflexões acerca das questões de aprendizagem, pois nessa turma havia alguns alunos que apresentavam dificuldades para se alfabetizarem. Isso ajudou a me impulsionar para estudar um pouco mais acerca do trabalho psicopedagógico.

O tema deste trabalho aborda a Psicopedagogia enquanto uma área de conhecimento que merece destaque. A mesma surgiu para auxiliar os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Ainda que já existam muitos estudos sobre tal área, ainda há muito que se pesquisar, uma vez que a questão da não-aprendizagem de crianças e adolescentes, configura ainda uma temática aberta a pesquisas pois até o momento não existem resultados conclusivos.

O trabalho do psicopedagogo é ensinar como aprender, além de ter como objetivo reintegrar o aluno à escola, buscando adequar as condições de aprendizagem. Além disso, acredita-se que muitas dificuldades de aprendizagem se devem ao modo inadequado de atuação tanto da Pedagogia institucional como da familiar. Portanto, a ação preventiva da Psicopedagogia é adotar uma postura crítica frente ao fracasso escolar, visando propor novas alternativas de ação voltadas para a melhoria da prática pedagógica nas escolas (BOSSA, 2000).

Diante de tudo o que já se sabe, que foi pesquisado e produzido sobre esse assunto, a questão norteadora para que o presente trabalho se desenvolva é: Como e para que surgiu a Psicopedagogia? Qual o trabalho do psicopedagogo?

Assim, a principal finalidade dessa pesquisa é identificar a origem da Psicopedagogia, buscando conhecer seu processo histórico, bem como compreender o trabalho e as atividades do psicopedagogo. Como objetivos

específicos, procurarei descrever a origem e o processo histórico da Psicopedagogia; compreender as formas e os ambientes de atuação do psicopedagogo; conhecer as técnicas, recursos e instrumentos de avaliação usados pela psicopedagogia.

A relevância do trabalho se dá a partir da grande importância do tema, que é muitas vezes abordado em trabalhos na área educacional. Além disso, é essencial que o trabalho do psicopedagogo seja melhor compreendido, assim como sua área de atuação, para que possa ser desenvolvido de modo mais efetivo.

Para isso, a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, através de um levantamento de dados obtidos em livros, artigos e em sites específicos como o da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp). Foram feitas leituras seletivas, que separa aquilo que de fato interessa; reflexivas, momento em que se analisa o texto quanto as suas principais ideias; e interpretativas, que busca interpretar e relacionar as ideias do autor com o tema da pesquisa.

O trabalho se desenvolve em três capítulos. No primeiro foi feito um levantamento do processo histórico da Psicopedagogia, e uma definição de seu objeto de estudo. No segundo, foram abordados os ambientes de atuação: clínico e institucional. No terceiro, foram apresentadas algumas técnicas e instrumentos de avaliação utilizados na Psicopedagogia.

1 PROCESSO HISTÓRICO

A Psicopedagogia é uma área de conhecimento que surgiu para atender crianças com dificuldades de aprendizagem. Os primeiros estudos sobre tais dificuldades começaram a ser desenvolvidos em laboratórios e hospícios, onde os pacientes eram tidos como anormais. Esses estudos se iniciaram na Europa, principalmente na França, no século XIX, e receberam contribuições da Medicina, Psicologia e Psicanálise.

No início, a Psicopedagogia era entendida basicamente como uma simples aplicação da Psicologia à Pedagogia, pois surgiu da relação entre ambas. Entretanto essa área de conhecimento ainda se encontra em construção e tem uma característica interdisciplinar, pois, segundo Bossa (2000), é embasada por diversas teorias como a Psicanálise, a Psicologia Social, a Epistemologia e Psicologia Genética, a Linguística, a Pedagogia, entre outras.

No final do século XIX, segundo Bossa (2000), Seguin e Esquirol deram ênfase à neuropsiquiatria infantil que se ocupou com os problemas neurológicos que comprometem a aprendizagem. Também neste período Montessori criou o método sensorial, a princípio destinado a crianças com retardo, mas posteriormente estendido a todas as crianças, sendo usado em várias escolas atualmente.

De acordo com Bossa (2000), no início do século XX surgiram os centros de reeducação para delinquentes infantis. Os estudos sobre os processos de aprendizagem receberam um enfoque orgânico, que orientou médicos, educadores e terapeutas. Devido a essa concepção organicista, os problemas de aprendizagem foram tratados como “distúrbios”. Nessa época foram incentivados os estudos neurológicos. Na década de 1930 foram criados na França os primeiros centros de orientação educacional para crianças.

Através dessa cooperação Psicologia-Psicanálise-Pedagogia, esperavam adquirir um conhecimento total da criança e do seu meio, o que tornaria possível a compreensão do caso. Assim, a ação reeducadora poderia ser determinada e prevista de acordo com a

orientação e a gravidade dos distúrbios da criança (BOSSA, 2000, p. 39).

Em 1946 foi aberto o Centro Psicopedagógico em Paris, que seguia direção médica e pedagógica. Em 1948 aparece o termo Pedagogia Curativa que Debesse define como “*terapêutica para atender crianças e adolescentes desadaptados que, embora inteligentes, tinham maus resultados escolares*” (BOSSA, 2000, p. 39, grifo do autor). A Pedagogia Curativa foi inserida no Centro de Psicopedagogia de Estrasburgo, e podia ser desempenhada de forma individual ou em grupos. Esperava-se auxiliar o aluno a adquirir conhecimento e desenvolver a personalidade.

A Argentina recebeu grande influência de estudos franceses. A prática psicopedagógica, segundo Bossa (2000), acontecia antes mesmo da criação do curso de graduação em Psicopedagogia. Em busca de resolver os fracassos escolares outros profissionais buscavam suprir tal necessidade através da chamada reeducação.

Apesar de os estudos sobre Psicopedagogia terem sido iniciados na França, foi na cidade de Buenos Aires, na Argentina, que se criou a primeira Faculdade de Psicopedagogia, em 1956. A princípio a Psicopedagogia foi inserida no campo pedagógico, pois havia “a necessidade de orientar o processo educativo, oferecendo um conhecimento mais profundo dos processos de desenvolvimento, maturidade e aprendizagem humanos” (BOSSA, 2000, p. 41).

O curso na Faculdade de Psicopedagogia, segundo a autora, passou por três momentos no que diz respeito ao plano de estudo. Primeiramente em 1956, 1958 e 1961 o curso apresentava destaque na formação filosófica e psicológica, com fundamentos biológicos. Em 1963, 1964 e 1969 enfatizou a influência da Psicologia Experimental, com uma formação instrumental, aumentando a duração do curso de três para quatro anos. Em 1978 criou-se a licenciatura, valorizando a atuação clínica do profissional, o que prolongou o curso para cinco anos.

Foram criados os Centros de Saúde Mental em Buenos Aires, na década de 70, onde os psicopedagogos realizavam diagnósticos e tratamento. Foi identificado que os após o tratamento os pacientes já não possuíam mais os problemas de aprendizagem, porém ocorreu um deslocamento de sintoma, sendo que após o

período apresentaram outros distúrbios de personalidade. Assim, os psicopedagogos argentinos passaram a incluir a Psicanálise em sua prática, incluindo o olhar e a escuta clínica em seu trabalho.

A atuação do trabalho psicopedagógico na Argentina está ligada à educação e à saúde. Na área da educação sua função é trabalhar na tentativa de diminuir o fracasso escolar reintegrando o aluno à vida escolar, buscando adequar as condições de aprendizagem. Já na área da saúde o psicopedagogo atua em

Entretanto, para Feitosa, Prette e Matos (2007), o termo distúrbios de aprendizagem pode ser empregado apenas em alguns casos mais severos, em que há notável comprometimento neurológico, como por exemplo, lesão cerebral por traumatismo.

É importante ressaltar que inicialmente os problemas de aprendizagem foram estudados e tratados pela medicina, e ainda recentemente os médicos são os primeiros profissionais a serem procurados em casos de aprendizagem.

No final da década de 1970 e início da de 1980, alguns educadores como Collares acreditavam que o fracasso escolar era causado por fatores extra-escolares, entendendo que o mesmo é um “problema social e politicamente produzido” (apud BOSSA, 2000, p. 50).

Em um enfoque psicossocial há autores que

[...] defendem a tese de que os educandos e suas famílias são injustamente responsabilizados por problemas cujas causas reais se encontram no contexto social, político e económico onde a escola se insere, composto pela má formação docente, pela lógica capitalista excludente e pela constante reprodução de uma estrutura social de classes (ANGELUCCI et al., 2004 apud FEITOSA; PRETTE; MATOS, 2007, p.110).

Atualmente há uma maior preocupação com a Psicopedagogia em seu aspecto preventivo, que está diretamente relacionado com a Escola. Inicialmente seu maior foco era na questão clínica.

Ainda na década de 70 começaram a surgir alguns cursos de Psicopedagogia em nível de especialização. Esses cursos tinham a finalidade de ap

especialização, com carga mínima de 360 horas, sendo que a maioria dos cursos são oferecidos com 720 horas ou mais (ABPP, [20--]).

Com relação ao diagnóstico psicopedagógico, na Argentina há alguns testes que podem ser utilizados pelos psicopedagogos que aqui no Brasil não são permitidos para uso desses profissionais, exceto se tiver formação em Psicologia. No Brasil alguns desses testes são usados exclusivamente pelos psicólogos, como por exemplo, as provas de inteligência Wisc.

Ainda há um embate que perpassa o campo da Psicopedagogia devido ao seu reconhecimento enquanto profissão, pois “a Psicopedagogia, enquanto área aplicada, implica o exercício de uma profissão (ainda que este fato não seja reconhecido legalmente), isto é, uma forma específica de atuação” (BOSSA, 2000, p. 56). Desde 1997 a Associação Brasileira de Psicopedagogia tem buscado a regulamentação da profissão do psicopedagogo, o que ainda está em processo de reivindicação. De acordo com Bombonato, (2013), atual presidente da ABPP, acredita-se que com o grande número de psicopedagogos – mais de 150 mil no Brasil – é importante que exista uma padronização, a fim de que a prática tenha um respaldo na lei.

Deste modo a regulamentação da profissão tem o objetivo de oficializar o que já existe na prática, pois “isto permitiria a normatização da formação e exercício profissional, além de estender este atendimento à população de baixa renda, através de convênios de assistência médica e sistemas públicos de saúde e educação” (ABPP, [20--]).

Entretanto, para Sass (2003) os problemas que envolvem a Educação não podem ser resolvidos apenas com a regulamentação da profissão do psicopedagogo. Para o autor,

[...] uma coisa é reconhecer a permanência e o agravamento dos velhos problemas de ensino e aprendizagem bem como a emergência de novos problemas, que bem podemos nomear de problemas psicopedagógicos, outra coisa, bastante distinta, é a pretensão de que a resolução daqueles problemas dependa da

regulamentação de uma nova profissão para dar legalidade a um novo profissional da educação, recorrendo ao velho procedimento de isolar o problema (leia-se o aluno) das condições concretas em que se manifesta (leia-se escola, relações sociais entre professor e aluno, dificuldades e impedimentos decorrentes de métodos e conteúdos do ensino) (SASS, 2003, p. 1371).

Por muito tempo, conforme o autor, a Psicologia colocou o indivíduo como principal responsável por suas ações, sendo considerado frequentemente como o “culpado” por seu sucesso ou fracasso. Muitas vezes se reduz a “explicação de fenômenos sociais e políticos complexos e objetivos à esfera da subjetividade, das vontades, dos interesses e das limitações individuais” (SASS, 2003, p. 1368).

Ainda nesse aspecto, Martins e Figueiredo (2011), afirmam que em geral pode-se ouvir nas escolas a utilização dos alunos como estratégia de responsabilidade por seu fracasso escolar.

As desculpas, sem consciência e tomada de providencias, tendem a aumentar o problema de aprendizagem e deixa o aluno desmotivado para aprender. O problema de aprendizagem não tem origem apenas cognitiva e atribuir ao próprio aluno o seu fracasso, sem considerar as condições de aprendizagem, que a escola oferece para o aluno e outros fatores extras-escolares, é reforçar fracasso tanto do aluno como da escola (MARTINS; FIGUEIREDO, 2011, p. 4).

Em diversas situações os problemas de ensino não são levados em consideração, sendo por muitas vezes o principal motivo pelo qual o aluno apresenta dificuldades. De acordo com Fini (2000), se faz necessária a análise dessas situações de forma mais crítica e abrangente, atentando para as poucas verbas destinadas à Educação, condições precárias das escolas, a desvalorização do professor, a deficiente formação de alguns docentes, entre outros tantos problemas. Deste modo o trabalho do psicopedagogo pode auxiliar o aluno, o professor e a escola contribuindo para a melhoria do trabalho docente.

1.1 Objeto de estudo

Bossa (2000) apresenta definições de vários autores sobre o objeto de estudo da Psicopedagogia: Para Kiguel (1991), o objeto de estudo se estrutura em torno dos padrões evolutivos (normais e patológicos) do processo de aprendizagem humana; para Neves (1991), o objeto de estudo é o ato de aprender e ensinar; para Scoz (1992), é o processo de aprendizagem e as suas dificuldades; para Rubinstein (1992), “é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm nesse processo” (RUBINSTEIN, 1992, p. 103 apud BOSSA, 2000, p. 20).

Assim, pode-se observar que há um consenso de que o principal objetivo da Psicopedagogia é estudar a aprendizagem humana, sendo que os problemas do processo de aprendizagem são o motivo pelo qual exista a Psicopedagogia.

A principal preocupação da Psicopedagogia é o problema de aprendizagem, mas primeiramente o seu foco de ocupação deve ser o *processo* de aprendizagem. Assim percebe-se que há estudos das características da aprendizagem humana, conforme cita Bossa (2000): como o sujeito aprende, como a aprendizagem varia e depende de vários fatores, como acontecem as alterações, como reconhecê-las, trata-las e preveni-las. Assim o objeto de estudo consiste num sujeito que será estudado por outro sujeito.

No Código de Ética do Psicopedagogo, revisado e aprovado em 2011, logo em seu Capítulo I, artigo 1º considera que:

A Psicopedagogia é um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo *de aprendizagem* considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos (ABPP, 2011).

Deste modo, de acordo com Martins e Figueiredo (2011), a Psicopedagogia busca contribuir para tornar mínimos os problemas de aprendizagem, levando sempre em consideração as realidades internas e externas ao contexto escolar, e procurando compreender as questões que atuam como elementos significativos para o sucesso ou não da aquisição de aprendizagens.

Ainda no Capítulo I do Código de Ética do Psicopedagogo, em seu artigo 3º podemos encontrar os objetivos da atividade psicopedagógica, mantendo sempre o foco na aprendizagem, como é possível observar:

- a) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social;
- b) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem;
- c) realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- d) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem (ABPP, 2011).

Bossa (2000) aponta que o objeto de estudo da Psicopedagogia passou por algumas fases sendo entendido de várias formas em diferentes momentos históricos. Primeiramente o trabalho psicopedagógico dava maior ênfase à reeducação, e buscava vencer as defasagens do processo de aprendizagem, que era avaliado de acordo com seus déficits. Assim, o objeto de estudo consistia no sujeito que não podia aprender, originando a “não-aprendizagem”. Esta, por sua vez, recebeu um enfoque que buscava estabelecer um padrão de regularidades entre um grande número de sujeitos, acentuando uma uniformidade.

Em seguida, a noção de “não-aprendizagem” foi compreendida de outro modo, mais fundamentada na Psicanálise e na Psicologia Genética, não se opondo ao aprender, mas considerando a singularidade do indivíduo, levando em conta suas características e alterações, conforme sua história de vida e contexto sociocultural. Neste processo entende-se que o objeto de estudo é o sujeito “aprendendo”.

Atualmente, de acordo com Bossa (2000), há uma concepção de aprendizagem na qual faz parte do processo o equipamento biológico com suas disposições na dimensão afetiva e intelectual, que interferem no modo de relação do

sujeito com o meio, e que influenciam e recebem influências das condições socioculturais.

As dificuldades de aprendizagem são percebidas como um conjunto de transtornos que afetam os sujeitos. De acordo com Osti e Marcelino (2008), tais dificuldades podem se tornar visíveis

[...] por meio de atrasos ou dificuldades na leitura, escrita e cálculo, em pessoas com inteligência potencialmente normal ou superior, sem deficiências visuais, auditivas, motoras, ou com desvantagens no meio social ou cultural [...] podendo também estar relacionada a problemas emocionais, de coordenação, memória, atenção, comunicação e adaptação social, sendo talvez agravada pela falta de motivação ou baixa auto-estima, ocasionada em decorrência do fracasso escolar (OSTI; MARCELINO, 2008, p. 79-80).

Assim, conforme as autoras, as dificuldades de aprendizagem podem, e devem, ser consideradas passíveis de solução e enfrentadas como desafio, fazendo com que o psicopedagogo identifique, previna e intervenha, para que o sujeito se desenvolva em seu processo de aprendizagem.

2 FORMAS E AMBIENTES DE ATUAÇÃO

Para Bossa (2000), a forma de atuação, a metodologia a ser utilizada, vai se construindo em cada caso, ao passo que o problema aparece. Cada caso é único, e demanda atitudes específicas do profissional.

De acordo com Soares e Sena (2012), faz parte do papel do psicopedagogo

[...] detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem; participar da dinâmica das relações da comunidade educativa a fim de favorecer o processo de integração e troca; promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupos; realizar processo de orientação educacional, vocacional e ocupacional, tanto na forma individual quanto em grupo (SOARES; SENA, 2012, p. 2-3).

A Psicopedagogia pode ser exercida em clínicas e instituições. Os dois ambientes exigem metodologias de trabalho específicas. De acordo com Bossa (2000), sempre se deve levar em consideração as circunstâncias, ou seja, o contexto no qual o sujeito está inserido (família, escola, comunidade).

A eficácia da atuação psicopedagógica está fortemente ligada ao papel que a família desempenha no processo de aprendizagem do aluno. Sabe-se que para um bom desempenho da criança é muito importante o vínculo afetivo (SOARES; SENA, 2012). Por esse motivo, os pais devem sempre estar inseridos no processo de desenvolvimento de seus filhos, participando de reuniões e acompanhando o trabalho.

Ainda conforme esses autores, juntamente com a família, a escola também tem grande importância no desenvolvimento do aluno. As dificuldades apresentadas pelas crianças na escola podem acarretar outros problemas em outras áreas escolares bem como em seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, podendo levar marcas para o futuro. Assim, tanto a escola como a família também são responsáveis pela aprendizagem ou não-aprendizagem do aluno.

Osti e Marcelino (2008) apontam que as origens das dificuldades de aprendizagem podem ter causas intrínsecas ou extrínsecas, ou seja, podem ser de ordem afetiva e emocional ou estar relacionadas à escola, aos conteúdos, entre outros. Portanto não estão ligadas somente a questões individuais, mas envolvem fatores relacionados à família, escola, meio social, não surgindo de problemas apenas orgânicos, como alterações biológicas, neurológicas ou deficiência mental.

Nesse sentido, “não é possível excluir do processo da aprendizagem esses virtuais elementos [família, escola, professor ou comunidade], cujo influxo sobre o próprio sujeito é marcante” (BOSSA, 2000, p. 87).

Como já citado anteriormente, o trabalho psicopedagógico pode ser realizado em exercício clínico e institucional. A formação psicopedagógica possibilita que o profissional atue em instituições de ensino orientando pais e profissionais, bem como promovendo palestras, cursos e grupos de estudos, a fim de ampliar a visão acerca da aprendizagem e em clínica, atendendo as crianças com dificuldades, trabalhando os conteúdos escolares por meio de outras técnicas e estratégias (OSTI; MARCELINO, 2008).

2.1 Trabalho Clínico

Conforme aponta Visca (1987), o método clínico surgiu na medicina e recebeu esse nome devido ao termo kliné, que em grego significa leito, ou seja, lugar onde o paciente era observado ou atendido.

No trabalho clínico o foco é mais terapêutico e geralmente realizado em consultórios. Trata-se de um trabalho em que, segundo Bossa (2000), o investigador interage constantemente com o objeto-sujeito de estudo. O profissional deve compreender o que, como, e por que o sujeito aprende, bem como o modo em que o ele se constitui, se transforma, seus recursos de conhecimento e a forma pela qual aprende.

Ainda de acordo com a autora, “o trabalho clínico não deixa de ser preventivo, uma vez que, ao tratar alguns transtornos de aprendizagem, pode evitar o

aparecimento de outros” (BOSSA, 2000, p. 30). Considera também que o trabalho clínico, envolve a subjetividade do psicopedagogo, pois consiste em uma relação entre sujeitos, na qual um procura identificar aquilo que impede o outro de aprender.

Pode-se dizer que esse trabalho pode acontecer em duas fases: diagnóstica e de intervenção (BOSSA, 2000). No primeiro momento, o maior foco é a investigação, em que o profissional procura o sentido da problemática. Posteriormente, embora seja uma fase de intervenção, a atitude de investigação não deixa de ser empregada, pois o profissional possui dados que lhe permitem decidir a melhor forma de conduzir seu trabalho.

Na escola há maior preocupação e valorização para os acertos dos alunos, e nem sempre, ou quase nunca, levam-se em conta os mecanismos de construção de conhecimentos. De acordo com Fini (2000), o método clínico adotado por Piaget enfatiza a observação cuidadosa da ação do aluno, considerando o modo que o aluno pensa e buscando a sensibilidade para acompanhar seu raciocínio e assim “esclarecer através de perguntas que não pressionem, não imponham respostas, mas que estimulem o aluno a pensar, a analisar suas próprias respostas, justificá-las e analisar erros” (FINI, 2000, p. 75). Além disso, é sempre importante respeitar o ritmo do aluno.

De acordo com Souza (2000), geralmente o atendimento em consultórios se faz devido ao encaminhamento que a escola faz, quando há alguma queixa em relação ao desempenho escolar da criança ou alguma dificuldade de aprendizagem. Nesse aspecto, a tendência é enxergar a dificuldade de aprendizagem como uma repercussão de outro problema na dimensão afetiva da criança, que reflete na esfera intelectual. Deste modo há a hipótese de que “tratando-se os aspectos afetivos da criança, ocorrerá uma repercussão nos aspectos cognitivos, o que nem sempre ocorre a curto prazo” (SOUZA, 2000, p. 124).

Conforme a autora, primeiramente o tratamento provoca uma desorganização geral da criança, e posteriormente promove melhoras. No atendimento clínico é importante que haja um trabalho multidisciplinar para a realização do diagnóstico para que ocorra uma intervenção adequada ao problema da criança. É interessante que se tenha a possibilidade de discussão dos atendimentos com outros

profissionais, pois isso permitirá melhor esclarecimento das ideias bem como a ampliação das alternativas de atividades a serem desenvolvidas (SOUZA, 2000).

Segundo Rubinstein (2000), o trabalho de um psicopedagogo é como o de um “detetive”, pois busca pistas, e as seleciona, podendo as mesmas ser falsas ou até irrelevantes. Entretanto, a meta fundamental é investigar o processo todo da aprendizagem, considerando todos os fatores que o envolve para entender como a dificuldade de aprendizagem se constitui.

Assim, o psicopedagogo realizará sua atuação a fim de levantar hipóteses para a elaboração de um diagnóstico. Para isso, conforme Rubinstein (2000) o profissional pode utilizar alguns instrumentos como entrevistas com a família e com o próprio sujeito, contato com a escola e com outros profissionais, e uma devolutiva.

2.1.1 Entrevista com a família

É possível identificar nas entrevistas com a família qual o motivo da procura e a ideia a respeito do não aprender, pois são questões que discretamente são passadas ao psicopedagogo. Essas entrevistas, conforme Rubinstein (2000), podem ser divididas em dois momentos: a escuta a respeito do motivo da consulta e a história de vida (anamnese) do sujeito.

De acordo com a autora, no primeiro momento o psicopedagogo deve realizar mais a “escuta”, pois é o momento em que os pais devem falar espontaneamente. Procura-se observar através de suas falas se os pais acreditam que exista alguma limitação na criança ou se acreditam que o filho seja capaz de aprender; qual o significado do sintoma para a família; o que eles esperam com a intervenção do terapeuta, sendo que alguns pais desejam saber se o filho pode aprender ou se ele não o quer; observar o relacionamento dos pais entre si, bem como sua relação com o filho.

Já no segundo momento da entrevista, será realizada uma busca de informações que possam levar à compreensão do problema de aprendizagem. Tais informações sobre a vida do sujeito buscam conhecer desde as aprendizagens mais

precoces, como o controle dos esfíncteres, por exemplo, até as mais formais acadêmicas. Além disso, devem-se pesquisar os aspectos relacionados a doenças, desenvolvimento, interesse pelo conhecimento, escolaridade, traumas, entre outros (RUBINSTEIN, 2000).

2.1.2 Entrevista com o sujeito

Procura-se ouvir da criança o que ela entende ser o motivo da consulta. É importante que ela esteja consciente dos objetivos dos encontros.

Nesses encontros, busca-se diagnosticar as dificuldades de aprendizagem assim como observar o potencial de aprendizagem. Assim, o psicopedagogo irá determinar os instrumentos de avaliação que serão utilizados para realizar sua leitura dos problemas. É importante destacar que não há um padrão na utilização dos recursos. Os mesmos devem ser escolhidos conforme a necessidade que a situação exigir.

2.1.3 Contato com a escola

Este contato pode acontecer antes ou depois da entrevista com a criança. Assim como em outros aspectos, não há uma regra. Dependerá da situação. De acordo com Rubinstein (2000, p.138), “às vezes é útil não manter contato para se ter uma visão mais objetiva em relação à criança. Outras vezes é útil saber qual a demanda da escola, para poder melhor compreender a demanda dos pais”.

Após a avaliação, segundo a autora, o psicopedagogo deve dar uma devolutiva para a escola, devendo explicar quais serão as linhas de trabalho. Além de se relacionar com a escola, é importante que se tenha contato diretamente com a professora da criança, estabelecendo assim uma melhor qualidade do trabalho.

2.1.4 Contato com outros profissionais

Como já citado anteriormente, a Psicopedagogia tem um caráter interdisciplinar, e, portanto, muitas vezes necessita de outros profissionais que colaborem na realização do diagnóstico.

Além disso, nem todas as respostas serão encontradas logo no primeiro diagnóstico.

Muitas vezes é durante o tratamento que surgirão outras informações, as quais permitirão construir ideias mais precisas a respeito do quadro. O profissional deve estar atento ao caráter contínuo do diagnóstico durante a intervenção (RUBINSTEIN, 2000, p. 139).

Assim, com uma avaliação multidisciplinar é possível evitar um diagnóstico equivocado, o que favorece um melhor atendimento à necessidade da criança.

2.1.5 Devolutiva

Ainda segundo Rubinstein (2000), após todo o processo de trabalho do psicopedagogo, este deve dar uma devolutiva à família. Neste momento, se faz um resumo de como foi o processo e procura-se responder às questões que foram propostas a ser pesquisadas.

Nesta ocasião o psicopedagogo pode apresentar “as possíveis relações entre as dificuldades apontadas pela família e escola e as condições de aprendizagem do aprendiz verificadas durante o processo diagnóstico” (RUBINSTEIN, 2000, p. 139).

2.2 Trabalho Institucional

O trabalho institucional, de acordo com Bossa (2000) é mais voltado para a prevenção e normalmente o objeto de estudo é a instituição, no que diz respeito ao espaço físico e psíquico da aprendizagem. Nesse aspecto são analisados os processos didático-metodológicos bem como a dinâmica da instituição. Vale ressaltar que a atuação em instituições não se restringe apenas em escolas, mas pode ocorrer em hospitais e empresas. Além disso, essa atuação tem um caráter clínico, pois realiza um diagnóstico institucional e propõe intervenções pertinentes, ou seja, requer a investigação e a intervenção (características da abordagem clínica).

Na atuação do psicopedagogo em escolas entende-se que o profissional deve

[...] impulsionar o trabalho cooperativo de professores e demais profissionais da escola, procurando contribuir para uma maior eficiência e coerência, participando com todos, por exemplo, do momento da definição do projeto pedagógico e da análise e discussão de situações e casos especiais (FINI, 2000, p. 69).

Deste modo, faz parte das funções do psicopedagogo na instituição escolar orientar e coordenar as equipes de trabalho quanto a sua formação e funcionamento. De acordo com Cavicchia (2000), o lugar desse profissional pode ser de assessor ou de coordenador pedagógico.

Ao assumir sua posição como assessor, o psicopedagogo se situa como interlocutor, tanto ao selecionar e discutir informações necessárias para a reflexão dos educadores em relação às suas práticas, quanto na abertura de espaço para elaborar e explicitar questões e dificuldades que surgirem no decorrer da intervenção (CAVICCHIA, 2000). Nesse aspecto a autora considera que o trabalho psicopedagógico está fortemente relacionado à Psicologia Escolar.

Também de acordo com Cavicchia (2000), é no papel de coordenador pedagógico que o psicopedagogo tem a função de orientar os educadores em suas modalidades funcionais na relação com as crianças. Nessa função criam-se

condições para a tomada de consciência da identidade profissional e pessoal. Desta forma, para a autora, o trabalho psicopedagógico é compreendido mais relacionado ao campo da Psicologia da Educação.

O trabalho do psicopedagogo na instituição implica que este seja um trabalho interdisciplinar, pois envolve vários problemas que se apresentam. Além disso, o profissional deve integrar-se em um trabalho de equipe, o que exige uma harmonia com os outros membros, para que se efetive um trabalho de articulação e coordenação.

O trabalho preventivo é um dos focos da Psicopedagogia. Bossa (2000) destaca três níveis de prevenção. No primeiro nível, o objetivo principal consiste em diminuir os problemas de aprendizagem, evitando que se multipliquem, o que envolve questões didático-metodológicas, formação e orientação aos docentes, bem como o aconselhamento aos pais. O segundo nível tem por objetivo a diminuição e tratamento dos problemas instalados. Para isso, é realizado um diagnóstico e a partir disso são elaborados planos de intervenção para que os transtornos não se repitam. O terceiro nível consiste na busca de eliminar os transtornos. Embora este nível seja realizado através de um procedimento clínico, o caráter preventivo permanece, pois, deste modo, ocorre a prevenção do surgimento de outros transtornos.

Para Cavicchia (2000), um dos maiores desafios do psicopedagogo na instituição é investigar, analisar e colocar em prática as novas propostas para que os educadores possam estabelecer relações mais maduras e conscientes com os alunos e com a equipe escolar.

A escola, segundo Soares e Sena (2012), não consegue ainda lidar com as dificuldades de aprendizagem e ao mesmo tempo construir uma proposta de intervenção que supere os problemas de aprendizagem. Daí a importância de haver o Psicopedagogo Institucional, que irá analisar, identificar os problemas e tentar solucioná-los. Seu papel consiste em “refletir sobre as ações pedagógicas e suas interferências no processo de aprendizagem do aluno” (SOARES; SENA, 2012, p. 5).

Fini (2000) aponta que cabe ao professor estar atento para avaliar sua atuação quando um grupo de alunos comete o mesmo tipo de erro ou até quando apenas um ou dois alunos apresentam dificuldades.

Nesse sentido, o professor deve analisar cada criança de forma individual, a fim de adequar os conteúdos segundo a necessidade de cada aluno. O aluno pode ser considerado como quem apresenta dificuldade de aprendizagem, mas muitas vezes o que não permite que ele aprenda é o modo pelo qual o professor ensina. O professor precisa ter consciência de que, às vezes, sua prática não está adequada, ou seja, não está atingindo o aluno como deveria, o que requer mudanças nas estratégias de ensino do professor (SOARES; SENA, 2012).

Assim, a Psicopedagogia dedica-se

[...] a áreas relacionadas ao planejamento educacional e assessoramento pedagógico, colabora com os planos educacionais e sanitários no âmbito das organizações [...] realizando diagnóstico institucional e propostas operacionais pertinentes (BOSSA, 2000, p. 91).

A escola é o local onde acontece, ou deveria acontecer, a maior parte da aprendizagem, através da relação com o professor. A Psicopedagogia pensa a escola buscando analisar um processo que implica questões metodológicas, relacionais e socioculturais, considerando o ponto de vista tanto de quem ensina como de quem aprende. Implica pensar sobre a formação do professor.

Deste modo, para Bossa (2000), uma das principais tarefas da Psicopedagogia consiste em encontrar novas modalidades para que tal formação seja mais eficiente.

3 TÉCNICAS, RECURSOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Existem alguns instrumentos que são utilizados para realização do diagnóstico de crianças e adolescentes com queixa de dificuldades de aprendizagem, que ajudam o profissional a conhecer melhor o aluno. Muitos profissionais entendem que o resultado dos testes é o ponto de partida para a intervenção, porém, para Bossa (2000), algo que deve ser sempre lembrado é que tal resultado deve ser entendido como algo dinâmico, que orienta a busca de soluções.

A autora aponta alguns instrumentos que serão descritos a seguir:

3.1 Provas de inteligência

Uma prova de inteligência bastante utilizada pelos psicopedagogos na Argentina é o WISC (Escala de Inteligência Wechsler para Crianças). Entretanto no Brasil este é um instrumento utilizado apenas por psicólogos, pois há necessidade da formação em psicologia clínica para uso deste instrumento.

Essa prova consiste em dois subtestes: escala verbal e de desempenho. No primeiro constam provas de Inteligência Geral, Compreensão Geral, Aritmética, Semelhanças e Vocabulário. No segundo, Completar Figuras, Organização de Figura, Desenho de Objetos, Reunião de Objetos e Labirinto ou Código.

Esta avaliação leva em conta o desempenho da criança na realização de modo qualitativo, considerando os fatores emocionais que podem alterar sua execução.

3.2 Provas de nível de pensamento

São provas Piagetianas, utilizadas para verificar o nível de pensamento cognitivo do sujeito. Deste modo, são aceitas as respostas corretas e as incorretas, pois ambas evidenciam o raciocínio usado ao resolver a situação. Assim, não são atribuídos pontos para cada resposta, mas em vez disso é analisado o nível de pensamento.

Com essas provas é possível

[...] situar o sujeito quanto ao nível que alcançou na estruturação cognitiva e em relação à disponibilidade efetiva das estratégias de conhecimento para as quais aquela estruturação o habilitaria nas diversas áreas de comportamentos cognitivos (figurativo, lógico-matemático, experimental) (BOSSA, 2000, p. 44).

3.3 Avaliação do nível pedagógico

Consiste em uma avaliação pedagógica que o próprio profissional elabora com atividades correspondentes ao ano escolar do aluno, a fim de verificar qual seu repertório acadêmico.

Para esse tipo de avaliação, Visca (1987) propõe a Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (EOCA), que consiste em um instrumento simples, no qual é possível se colocar em contato com o entrevistado através de uma instrução, mantendo o foco da entrevista na aprendizagem.

Pode-se para que o sujeito mostre aquilo que ele sabe fazer, o que lhe ensinaram e o que aprendeu. Colocam-se vários materiais sobre a mesa, como papéis, lápis, borracha, apontador, régua, livros, para que o mesmo possa utilizá-los, a fim de mostrar aquilo que sabe.

Durante a EOCA se destacam três aspectos: a temática, a dinâmica e o produto. A primeira consiste no que o sujeito relata, a segunda, naquilo que ele faz

(gestos, postura, modo de sentar, tom de voz, etc.), e o produto é aquilo que ele deixa no papel.

A observação de tais aspectos conduz ao “primeiro sistema de hipótese, o qual estará formado pelos sintomas (com seus indicadores) e certas ideias de quais são as causas atuais que o provocam” (VISCA, 1987, p. 74).

Além disso, segundo Bossa (2000), o psicopedagogo pode observar os cadernos e informes da escola em relação ao aluno, sendo possível conhecer sua situação de escolaridade, bem como perceber e avaliar também a postura da família e sua participação no processo de aprendizagem.

3.4 Avaliação perceptomotora

Para se avaliar a condição perceptomotora é utilizado o Teste Gestáltico Bender, que consiste no desenho de nove figuras que são apresentadas ao sujeito, uma de cada vez, para posteriormente serem copiadas em uma folha em branco. O objetivo, conforme aponta Bossa (2000), é verificar qual o grau de maturidade visomotora que o sujeito apresenta.

Esse teste admite constatar o nível de aquisição e disponibilidade de comportamentos cognitivos, principalmente os da área figurativa. De acordo com a autora,

A dificuldade para uma execução correta pode ter origem num fator orgânico. Desta forma, o resultado desta prova, aliado a outras informações no contexto do diagnóstico, pode sugerir o encaminhamento do sujeito ao neurologista (BOSSA, 2000, p. 45).

3.5 Testes projetivos

Esses testes podem ser utilizados por psicopedagogos na Argentina, porém no Brasil são de uso exclusivo de psicólogos, pois se supõe que eles possuam o “pleno conhecimento do instrumento e o referencial teórico que o norteia” (BOSSA, 2000, p. 59).

Neste tipo de instrumento há vários testes:

Teste de Apercepção Infantil – CAT (Children Apperception Test)

Trata-se de um método para compreender a criança através de dez desenhos que retratam animais realizando situações psicossociais. De acordo com Bossa (2000), pede-se para que a criança conte o que está acontecendo na figura, o que os animais estão fazendo, o que houve antes e o que irá acontecer depois. As “histórias” são anotadas e posteriormente analisadas. Geralmente é utilizado com crianças entre 4 e 10 anos de idade.

O objetivo das figuras é provocar respostas que indicam algumas causas de problemas orais, rivalidade entre irmãos, fantasias de agressão, medo de abandono, aceitação pelos adultos, entre outros.

Com esse teste é possível compreender a “estrutura da personalidade da criança e de seu dinamismo reacional frente aos diversos problemas da vida” (BOSSA, 2000, p. 45).

Teste de Apercepção Temática – TAT (Thematic Apperception Test)

Tem o objetivo de medir as necessidades psicológicas do sujeito. Trata-se de um conjunto de dezenove gravuras com cenas dramáticas, com conteúdos imprecisos, imagem difusa e ambígua e tema pouco explícito.

A projeção da personalidade se dá através da elaboração de histórias a partir das imagens, e no desenho que o sujeito faz em um cartão em branco. As características apresentadas nas histórias indicam as suas necessidades, conflitos, atitudes, desejos.

Desenho da família

Este é um teste de fácil aplicação: pede-se que o sujeito desenhe uma família. Para interpretá-lo é necessário conhecer as leis da projeção, pois “através desse desenho se pode apreciar a percepção que o sujeito tem de si mesmo em relação aos outros no núcleo familiar” (BOSSA, 2000, p. 46).

Nesta prova se revelam dois tipos de conflito que predominam na infância: rivalidade entre irmãos e conflitos edípicos.

Desenho da figura humana

A partir deste desenho é possível observar qual a imagem corporal que o sujeito tem de si. Primeiramente pede-se que ele desenhe uma pessoa e em seguida que desenhe outra do sexo oposto ao desenhado anteriormente.

Observa-se, por exemplo, o tamanho dos desenhos, posição na página, grafismo, uso de roupas, posição dos braços, tratamento dado ao fundo e ao chão (ANASTASI, 1977, p. 609, apud BOSSA, 2000, p. 46). Também podem ser analisados o uso de detalhes nas roupas, retoques, correções, entre outros.

Casa, árvore e pessoa – HTP (House, Tree and Person)

Esse teste foi criado por John N. Buck, em 1948, a fim de compreender aspectos da personalidade do sujeito e seu modo de interagir com o ambiente e com outras pessoas. É indicado para maiores de oito anos de idade e propõe que o sujeito faça os três desenhos sequenciais – casa, árvore, e pessoa – que devem ser desenhados em folhas separadas, com o uso de um lápis e borracha (BORSA, 2010). É mais utilizado por psicólogos.

Vale ressaltar que a aplicação do teste exige um bom conhecimento técnico e teórico do profissional, e a sua interpretação se dá nos aspectos de proporção, detalhes, qualidade da linha, utilização das cores, entre outros.

Na sua versão atual, o HTP oferece um manual contendo padronização de aplicação e de registro das respostas oriundas do inquérito posterior a cada desenho. Além disso, oferece um protocolo com uma lista de conceitos interpretativos para cada desenho, associados a possíveis características psicopatológicas da personalidade (BORSA, 2010, p. 151).

3.6 Testes psicomotores

Esses testes são utilizados para indicar como o sujeito compõe suas funções motoras. Para avaliar a estruturação temporal, segundo Bossa (2000), são utilizadas as Provas de Estruturas Rítmicas, que foram elaboradas por Stambak enquanto investigava sobre dislexia.

Essas provas se dividem em três itens: Tempo Espontâneo, que analisa o desempenho do sujeito em uma atividade motora simples; Reprodução de Estruturas Rítmicas, na qual em uma dificuldade crescente é avaliada a capacidade de apreensão imediata de estruturas organizadas; Compreensão do Simbolismo das Estruturas Rítmicas e Sua Reprodução, em que “se avalia as relações entre a possibilidade de compreensão de um simbolismo (função intelectual) e a reprodução da estrutura rítmica no plano perceptivo-motor” (BOSSA, 2000, p. 47).

3.7 Jogo psicopedagógico

Jogar não significa apenas uma simples brincadeira sem sentido, pelo contrário, trata-se de um momento muito importante na vida das crianças. O jogo torna-se um auxílio psicopedagógico, auxiliando no desenvolvimento do relacionamento em grupo e da autonomia (KAAM; RUBIO, 2013; PETTY; PASSOS, 2000).

Conforme apontam Petty e Passos (2000), a criança pode brincar livremente até o momento em que ela entra na escola. Ao ingressar no primeiro ano do ensino

fundamental ela já é cobrada de alguns compromissos com os conteúdos escolares. “Esse tom severo e pesado que a escola dá ao estudo faz com que a criança encare o conhecimento dos adultos como algo muito difícil, complicado, quase inatingível” (PETTY; PASSOS, 2000, p. 163).

De acordo com Kaam e Rubio (2013), o jogo proporciona a oportunidade de o aluno buscar e verificar os resultados, raciocinar sobre o conteúdo, colocando-o em um momento lúdico e preparando-o para a solução de problemas cotidianos.

Para as autoras,

A educação lúdica contribui para o desenvolvimento da criança, na qual a participação educacional promove a criatividade e interação, valorizando a linguagem oral. Dessa forma, os jogos intelectuais como o quebra-cabeça, jogo da memória, amarelinha não podem ser descartados no âmbito escolar, pois esses jogos auxiliam no desenvolvimento e na alfabetização do infante (KAAM; RUBIO, 2013, p. 7).

Cabe ao profissional investigar o modo que a criança pensa, para que possa ajudá-la na compreensão dos conteúdos escolares e superar as dificuldades. Para que isso ocorra de modo eficaz, é importante que a proposta do jogo esteja de acordo com a capacidade da criança, ou seja, nem muito além nem muito aquém de seus limites, para que não fique desinteressante nem se torne uma obrigação (PETTY; PASSOS, 2000).

De acordo com Kaam e Rubio (2013), o jogo pode auxiliar na diminuição da ansiedade, ajudando a criança a perceber a importância do tempo para realizar uma determinada tarefa ou quando o educador mostra que o processo percorrido para obter o resultado também é importante, e não apenas o resultado em si.

Através de atividades lúdicas a criança pode ter mais liberdade para criar e construir seu conhecimento, desenvolvendo assim suas habilidades. Ao colocar o aluno em tarefas que necessitam do uso de “estratégias, planejamento e exigem antecipação para resolvê-las, o educador está, conseqüentemente estimulando o seu raciocínio – lógico” (KAAM; RUBIO, 2013, p. 8), algo essencial para uma aprendizagem significativa.

Ainda segundo as autoras, o jogo é um instrumento eficiente para o diagnóstico e tratamento de dificuldades de aprendizagem, pois quando o sujeito não desenvolve sua aptidão de jogar, aponta sua dificuldade em construir seu conhecimento, e assim requer estímulos e tempo para que proporcione sua ampliação de conhecimento social, afetivo, cognitivo e emocional.

O erro pode ser visto como uma possível resposta que está de acordo com o nível de desenvolvimento no qual a criança se encontra. Os jogos possibilitam que a criança exercite sua identificação dos erros e tente evitá-los. Assim, é interessante que quando a criança perde, ela se sinta desafiada a jogar novamente, lembrando-se das boas jogadas e buscando outras estratégias de vencer, eliminando as más jogadas (PETTY; PASSOS, 2000).

De acordo com Bossa (2000), em uma perspectiva psicanalista, os jogos orais como os de fazer comidinha simbolizam as possibilidades que a criança tem em dar e receber amor. No que se refere às questões de aprendizagem, há uma relação entre a incorporação e o processo de aprendizagem.

Conforme a autora,

Todos esses jogos tomados como referência ao campo da aprendizagem dizem de como a criança aprende, que coisas aprende, qual o significado do aprender, como ela se defende do objeto do conhecimento e que operações mentais utiliza no jogo (BOSSA, 2000, p. 112).

Para Kaam e Rubio (2013), ao brincar a criança constrói sua aprendizagem a partir de sua interação com o novo elemento. Assim, “o psicopedagogo proporciona o desenvolvimento do cognitivo buscando a evolução do prazer para a aquisição de novos saberes” (KAAM; RUBIO, 2013, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho foi possível analisar, como havia sido proposto, a origem da Psicopedagogia, seu objeto de estudo, conhecer seus ambientes, formas e técnicas de atuação.

Foi possível identificar que a Psicopedagogia é uma área de conhecimento bastante ampla, que envolve diversas áreas e abrange técnicas distintas. Nosso intuito foi contribuir para uma melhor compreensão e conhecimento de que se trata essa área e como o psicopedagogo pode trabalhar as questões das dificuldades de aprendizagem nos diferentes ambientes de atuação.

Sabe-se que a Psicopedagogia tem o propósito de atender as necessidades de crianças que apresentam problemas de aprendizagem, inicialmente entendida como uma singela aplicação da Psicologia à Pedagogia. Entretanto, a Psicopedagogia se apresenta como um campo de conhecimento ainda em construção, no qual o foco encontra-se na aprendizagem.

No passado, acreditava-se que os problemas de aprendizagem tinham causas somente orgânicas, responsabilizando apenas o indivíduo por suas ações e por seu sucesso ou fracasso frente aos conhecimentos escolares, porém sabe-se hoje que muitas são as causas de tais problemas. Essas causas recebem influências socioculturais ou até problemas no modo de ensinar, ou seja, na metodologia adotada, sendo nesses casos importante que o professor reveja seus métodos e repense a sua prática.

A maior preocupação da Psicopedagogia é o processo de aprendizagem, sendo este seu principal objeto de estudo, pois busca compreender como acontece a aprendizagem, de quais fatores ela depende, como identificar suas alterações e como o sujeito aprende, além de tratar e prevenir as suas dificuldades.

O trabalho do psicopedagogo pode ser executado em clínicas (com foco terapêutico) ou instituições (com foco preventivo). Atualmente o maior destaque da ação psicopedagógica encontra-se na atuação preventiva, cujo foco de trabalho é nas escolas. Em um período anterior a atuação clínica que recebia maior enfoque.

Vale lembrar que o trabalho clínico não deixa de ser preventivo, conforme aponta Bossa (2000), pois ao tratar de um problema é possível que outros sejam evitados.

Para que ocorra a intervenção psicopedagógica é necessário que antes se faça o diagnóstico, para que o mesmo possa direcionar sua atuação. Esse diagnóstico é sempre contínuo, pois deve acompanhar o desenvolvimento do sujeito e verificar o que ele aprendeu durante o processo de intervenção e o que ainda precisa ser feito para que a evolução de sua aprendizagem seja mais eficaz.

O trabalho clínico ocorre na maioria das vezes em consultórios, e busca encontrar o motivo pelo qual a criança não aprende. Muitas indagações surgem durante a investigação e no decorrer da ação psicopedagógica. Encontrar as respostas para tais questionamentos demanda um conhecimento interdisciplinar, pois são várias as dimensões onde podem estar inseridas as razões da não-aprendizagem.

O trabalho institucional tem o objetivo de prevenir que aconteçam os problemas de dificuldades de aprendizagem. O psicopedagogo na instituição escolar desempenha sua atuação em planejamentos educacionais e de assessor pedagógico, realizando um diagnóstico da instituição e propondo mudanças que conduzam a um ambiente favorável à aprendizagem.

O papel da família no processo de aprendizagem do aluno é de fundamental importância, pois o vínculo afetivo desempenha importante aspecto em seu desenvolvimento. Juntamente com a família, a escola, o professor e a comunidade desempenham uma grande influência no processo de desenvolvimento do sujeito.

No Brasil o curso de Psicopedagogia se dá em nível de Especialização, enquanto na Argentina o curso é de Graduação, com cinco anos de duração. Essa diferença entre a formação do psicopedagogo faz com que os brasileiros estejam em defasagem, pois “as condições de formação em nosso país não favorecem uma prática consistente e tampouco são favoráveis para o adequado manejo do instrumental de avaliação diagnóstica [...]” (BOSSA, 2000, p. 121).

Além disso, em relação aos instrumentos utilizados para a realização do diagnóstico, há ainda uma indefinição quanto àqueles que podem ser utilizados

pelos psicopedagogos brasileiros. Vários testes que podem ser utilizados pelos argentinos, no Brasil são de uso exclusivo de psicólogos.

É de grande importância que o psicopedagogo seja valorizado e seu papel reconhecido como uma função que se destaca. Sua atuação possui um significado fundamental frente aos desafios que lhe são lançados. É necessário que haja mais investimentos na sua formação, assim como seu reconhecimento enquanto profissão, algo que a Associação Brasileira de Psicopedagogia vem lutando constantemente.

Certamente ainda há muito que pesquisar e contribuir com o tema proposto. A amplitude do assunto requer mais aprofundamento, e para isso, muito esforço e empenho. Deste modo, este trabalho buscou colaborar para um melhor conhecimento do que se trata a Psicopedagogia e como o psicopedagogo trabalha e desempenha suas funções, proporcionando o desenvolvimento da aprendizagem e cooperando com o trabalho do professor para a construção do conhecimento do aluno.

REFERÊNCIAS

- ABPP. **Código de ética do psicopedagogo**. 2011. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/codigo_etica_psico.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- ABPP. **FAQ: O que é Psicopedagogia**. [20--]. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/faq_oquee.htm>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- ABPP. **Regulamentação**. [20--]. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/regulamentacao.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BORSA, J. C. Considerações sobre o uso do teste da casa-árvore-pessoa - HTP. **Avaliação psicológica** [online]. 2010, vol.9, n.1, pp. 151-154. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v9n1/v9n1a17.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- CAVICCHIA, D. C. Psicopedagogia na instituição educativa: a creche e a pré-escola. In: SISTO, F. F. et al. (Org.). **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 11, p. 196-212.
- FEITOSA, F. B.; PRETTE, Z. A. P. Del; MATOS, M. G. De. Definição e avaliação das dificuldades de aprendizagem (II): Os impasses da visão organicista. **Revista de Educação Especial e Reabilitação**, Cruz Quebrada, v. 14, p.101-114, 2007. Disponível em: <<http://www.rihs.ufscar.br/armazenagem/pdf/artigos/definicao-e-avaliacao-das-dificuldades-de-aprendizagem-ii-os-impasses-da-visao-organicista>>. Acesso em: 03 ago. 2013.
- FINI, L. D. T. Rendimento escolar e psicopedagogia. In: SISTO, F. F. et al. (Org.). **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 3, p. 64-76.
- FRANÇA, C. Um novato na psicopedagogia. In: SISTO, F. F. et al. (Org.). **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 5, p. 95-109.

KAAM, D. S.; RUBIO, J. A. S. A importância do jogo na prática Psicopedagógica. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2013. Disponível em: <<http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Deyse.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

MARTINS, M. N.; FIGUEIREDO, L. M. de S. Um olhar psicopedagógico sobre dificuldades de aprendizagem. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da Eduvale**, Jaciara, n. 06, p.1-11, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.eduvalesl.edu.br/site/edicao/edicao-55.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

OSTI, A.; MARCELINO, E. L. A importância do trabalho psicopedagógico: incentivo institucional e atendimento às crianças com dificuldades escolares. **Revista de Educação**, Itatiba, v. XI, n. 11, p. 75-88, out. 2008. Disponível em: <<http://sare.anhanguera.com/index.php/reduc/article/view/165/162>>. Acesso em: 5 out. 2012.

PETTY, A. L.; PASSOS, N. C. Algumas reflexões sobre jogos de regras. In: SISTO, F. F. et al. (Org.). **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 7, p. 127-139.

RUBINSTEIN, E. A especificidade do diagnóstico psicopedagógico. In: SISTO, F. F. et al. (Org.). **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 7, p. 127-139.

SASS, O. Problemas da educação: o caso da psicopedagogia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1363-1373, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000400013>. Acesso em 19 nov. 2012.

SOARES, M.; SENA, C. C. B. **A contribuição do psicopedagogo no contexto escolar**. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/artigos/126.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

SOUZA, M. T. C. C. de. Intervenção psicopedagógica: como e o que planejar? In: SISTO, F. F. et al. (Org.). **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 6, p. 113-126.

VISCA, J. **Clínica psicopedagógica**: epistemologia convergente. Tradução de Ana Lúcia E. dos Santos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.